

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA,
DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

N.º 04/2017 (Quadriénio 2017/2021)

DATA: Cinco de dezembro de dois mil e dezassete.-----

HORA: Catorze horas e quarenta e cinco minutos.-----

LOCAL: Sala de reuniões do Edifício dos Paços do Concelho.-----

PRESENCAS: **O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva,** e Senhores Vereadores:-----

- António Alberto Almeida de Matos Gomes (CDS/PP);-----

- Maria Catarina Lopes Paiva (CDS/PP);-----

- Daniela Sofia Paiva da Silva (CDS/PP);-----

- José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho (CDS/PP);-----

- José Pedro Vieira de Almeida (PPD/PSD);-----

- Nelson da Silva Martins (PS).-----

Para constar e devidos efeitos, transcreve-se a Ordem do Dia, a apreciar na presente reunião:-----

1. Ata da reunião pública ordinária de 21 de novembro de 2017;-----

2. Consolidação de mobilidade | Requerimento de Armando Joaquim Tavares;-----

3. Desafetação do domínio público | Trato de terreno sito em Sandiães, Freguesia de Rôge;-----

4. Requerimento da Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra | Isenção do pagamento de tarifas;-----

5. CP n.º 43/2017, Fornecimento de refeições em estabelecimentos escolares do Município de Vale de Cambra | Relatório Final | Ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 27.11.2017;-----
6. Orçamento Municipal para 2018 e Grandes Opções do Plano para 2018/2021;--
7. Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, para 2018;-----
8. Encerramento da via pública | Requerimento de IMOLUSOF, Ld.ª; -----
9. LISTAGEM DE PROCESSOS DE OBRAS: Despachos proferidos pelo vereador do pelouro com competências delegadas e subdelegadas, por despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal de 26/10/2017;-----
10. Informações;-----
11. Minuta da ata da reunião;-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Voto de pesar: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seus sete membros, aprovar um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Custódio Dias, pai do Sr. Henrique da Silva Dias, membro da Assembleia Municipal.-----

O senhor vereador José Pedro Vieira de Almeida apresentou uma **proposta** para conversão das reuniões da Câmara Municipal em reuniões públicas, do seguinte teor: “Considerando o interesse em tornar a gestão pública dos assuntos do Município, mais transparente e acessível a todos os cidadãos munícipes de Vale de Cambra, atendendo ao facto das decisões políticas e administrativas aprovadas e deliberadas em reunião da Câmara Municipal, serem perfeitamente enquadradas pelas leis vigentes, não se vislumbra qualquer razão objetiva que desaconselhe ou impeça que as reuniões de Câmara sejam públicas. -----

Assim, proponho que:-----

A Câmara Municipal de Vale de Cambra aprove a realização de todas as reuniões de forma aberta ao público, em nome da transparência e de uma cultura que promova a cidadania democrática cívica e socialmente responsável, participativa

e proactiva, de que a Câmara Municipal deve ser principal promotora e interessada.”-----

De seguida, agradeceu à senhora vereadora Catarina Paiva o facto de ter respondido à sua solicitação rápida e prontamente. Aguarda, nesta reunião, que o senhor Presidente tenha trazido as respostas às suas sucessivas questões, reunião após reunião. Mais uma vez o senhor Presidente não responde às solicitações da vereação, designadamente o Relatório dos incêndios, em 2017; Listagem de dívidas dos consumidores e água e respetivo montante e as eventuais dívidas à Associação de Regantes. Aguardam ainda a resposta às questões colocadas pelo Município no Período de Intervenção do público, nomeadamente relativas aos colaboradores da Câmara que acumulam funções externas; às condições de segurança nas salas de espetáculos propriedade da Câmara Municipal; aos prazos com a reabilitação da EB1 de Macinhata; e ao cumprimento da legislação projeto de Requalificação da EB 2,3 das Dairas.-----

Regista a “sistemática não resposta”, por parte do senhor Presidente da Câmara, às solicitações da vereação.-----

Interveio o senhor vereador Nelson da Silva Martins enaltecendo o facto de um Português – o Ministro das Finanças – ter sido eleito Presidente do Euro Grupo, num sinal claro que o rigor e a competências são reconhecidos no estrangeiro para Portugal.-----

De seguida, perguntou para quando está prevista a realização de um simulacro, no âmbito do Plano Municipal de Emergência, no Centro Escolar do Búzio, dado que a gestão patrimonial é da Autarquia e como tal deve estar atentos ao que for necessário corrigir, se for caso disso.-----

No uso da palavra o vereador António Alberto Almeida de Matos Gomes, respondendo ao vereador Pedro Almeida, disse que, se não ficou vertido em ata, deveria ter ficado, pois respondeu-lhe na devida altura que a Câmara Municipal

2017.12.05

não tem qualquer dívida contabilisticamente registada aos Regantes, a não ser que exista alguma dívida contingente que eventualmente tenha transitado quando aquele vereador fez parte do executivo.-----

O senhor vereador Pedro Almeida confirmou que já lhe havia sido dada essa resposta, mas que na altura havia questionado se a Câmara Municipal era Associada da Associação de Regantes, tendo o senhor vereador ficado de verificar essa situação, bem como se haveriam quotas associadas. No que se refere às dívidas contingentes, acrescentou que enquanto vereador a tempo inteiro, não tinha o pelouro das finanças. E que, no tempo do PSD, quem tinha tal pelouro era o vereador António Alberto Gomes, como tal, se existem dívidas contingente, sobre elas terá também responsabilidade o vereador António Alberto que foi durante oito anos vereador das finanças.-----

A senhora vereadora Maria Catarina Lopes Paiva fez um apelo a todos os presentes no sentido de fazerem chegar, para colocação no site da Câmara, uma nota biográfica de todos, pelo que quem ainda não o fez, o faça no menor tempo possível, dado que a apreciação do site terá lugar durante o corrente mês. Tendo a este respeito, o senhor vereador Nelson Martins pediu desculpa pelo atraso e que a fará chegar brevemente, tendo os vereadores Pedro Almeida e José Alexandre Pinho comentado que as suas notas já estão publicadas no site.-----

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, relativamente à proposta apresentada confessou não saber se a mesma poderá ser votada hoje, mas ainda fez referência à tradição verificada no Concelho de apenas se realizar uma reunião pública mensal, o que pessoalmente defende, e que nada tem que ver com falta de transparência e/ou abertura à sociedade, mas sim com a organização dos trabalhos e serviços do Município. Não tendo que obrigatoriamente manter o que vem de trás, confessou também não ver nenhuma razão objetiva para fazer essa

2017.12.05

alteração proposta. Quanto à falta de transparência invocada argumentou que o Índice de Transparência municipal tem vindo a subir, sendo os objetivos de todos transformar esta gestão numa gestão aberta e transparente.-----

Em relação às respostas pretendidas pelo vereador Pedro Almeida, providenciou uma cópia do relatório do incêndio do dia 15 de outubro, que se apensa à ata da reunião, tendo ainda explicado que o mesmo é sucinto, reportando-se à área ardida e aos danos nos bens privados e públicos. Explicou ainda os apoios à população afetada, designadamente a montagem de um posto avançado no local, para que esta pudesse participar os seus danos sem se deslocar à Câmara, agradecendo a disponibilidade dos funcionários do Município para o efeito. Deu conta da visita da Direção Regional de Agricultura para verificação dos danos provocados, bem como da apresentação de candidaturas pelos serviços camarários em função dos pedidos das pessoas afetadas, que foram pessoalmente atendidas na Câmara Municipal. Neste momento, tudo o que tinha enquadramento e era elegível está acautelado. Informou ainda que no próximo dia 6 de dezembro, os técnicos da CCDR-N, acompanhados pela Técnica do Gabinete de proteção Civil, efetuarão a validação dos prejuízos causados em casas de primeira habitação danificadas no referido incêndio.-----

No que se refere às dívidas dos consumidores de água informou que estas rondam os cerca de oitenta mil euros, sendo objetivo da Câmara Municipal reduzir as mesmas quer através da concessão aos consumidores da possibilidade de pagamento da água em prestações, conforme oportuna deliberação da C.M.. Referiu ainda que nos casos de incumprimento reiterado não terá a CM outra alternativa senão a de proceder ao corte de água até que sejam restabelecidos os pagamentos em falta.-----

2017.12.05

Quanto à Associação de Regantes, já foi dito que não há dívida registada. Mais informou que, os serviços técnicos camarários não têm qualquer conhecimento de que a Câmara Municipal seja associada da Associação de Regantes.-----

No que se refere às questões levantadas pelo Município, Rui Costa, as respostas serão comunicadas ao próprio.-----

Relativamente ao simulacro no Centro Escolar do Búzio entendeu a sugestão pertinente, pelo que vai transmitir ao Gabinete de Proteção Civil que proceda à operacionalização do mesmo.-----

O senhor vereador Nelson Martins, relativamente às dívidas dos consumidores de água, referiu que o valor de oitenta mil euros é muito dinheiro, pelo que pergunta que medidas foram tomadas ou se não foram tomadas, deduzindo que as dívidas não são de 2017, alguém não cumpre e não cumpre também quem não avalia, neste caso os serviços.-----

O senhor vereador Pedro Almeida, sobre a proposta por si apresentada, para converter todas as reuniões de Câmara em reuniões públicas, não diz em lado nenhum que existe falta de transparência, mas que a fundamentou com o aumento/melhoria da transparência. Pese embora o respeito pela opinião do senhor Presidente da Câmara, e vereadores, referiu que pretende ver a sua proposta agendada e votada, ainda que numa próxima reunião.-----

No que refere ao Relatório dos incêndios, lamentou o facto de só hoje lhes ter sido fornecido, poderia ter chegado com mais antecedência para que o pudessem ter lido e ser comentado. Assim, irá lê-lo, reservando-se o direito de prestar quaisquer comentários que posteriormente entenda necessários, na próxima reunião de Câmara.-----

Ainda sobre a dívida de água, reiterou, pela terceira vez, o seu pedido: qual a dívida, a que prazos reportam as dívidas (meio ano, um ano, dois anos, dois meses), quantos consumidores têm dívida e o valor exato da referida dívida?

2017.12.05

Mediante a informação depois fornecida, comentará o que entender por bem fazer. Registou o facto de a Câmara, neste momento, já ter tomado algumas medidas para solucionar este problema.-----

Mais solicitou que o senhor Presidente remeta à Câmara Municipal, para conhecimento, o ofício/resposta a enviar ao Munícipe Rui Costa.-----

De seguida, perguntou ao senhor Presidente da Câmara se tem conhecimento da suposta intervenção na Barragem Eng.º Duarte Pacheco, que foi interrompida, e o que se prevê intervir, visto que a situação se mantém inalterada.-----

Ao terminar a sua intervenção, disse que teve conhecimento através do Diário da República da nomeação de uma secretária de apoio à presidência e uma secretária de apoio à vereação, do que gostaria de ter tomado conhecimento através do senhor Presidente, em reunião de Câmara. Após o que se dirigiu à secretária de apoio á vereação para saber se esta poderia dar apoio administrativo, ao abrigo da legislação de apoio à vereação, relativamente a umas respostas que tem dar a algumas instituições. A secretária disse que iria consultar o senhor Presidente, não tendo até ao momento obtido resposta, perguntou se sendo secretária de apoio à vereação se poderá contar com o seu apoio ou se o senhor Presidente disponibiliza outro administrativo, colaborador da autarquia para o efeito.-----

Respondeu o senhor Presidente da Câmara que, como habitual, a secretária do GAV seria para prestar apoio aos vereadores residentes pelo que procederá à retificação do Despacho, para que tal fique a constar do mesmo, acrescentando que, a Colaboradora não deverá ser mais sobrecarregada, pois já presta apoio a quatro vereadores. A este respeito, deu conta que em tempos, quando o vereador Pedro Almeida era um vereador com pelouros atribuídos, também solicitou o mesmo apoio e que, curiosamente, tal lhe foi negado. É importante que não se tenha memória curta e que sejam coerentes nas suas posições e na sua forma de

2017.12.05

estar. Como já antes foi dito, a Câmara Municipal disponibiliza uma sala a todos os vereadores. Atendendo à falta de pessoal, cuja redução foi de cerca de trinta colaboradores desde que chegaram, é perfeitamente compreensível que não seja desejável meter mais pessoal; atendendo ainda que deu um sinal claro de que, nesta fase, ele próprio não iria constituir gabinete. Se ele próprio com as funções e sobrecarga que tem, com cinco membros do executivo estão principalmente reduzidos a duas pessoas, não é desejável sobrecarregar mais estas duas pessoas; atendendo também a que a legislação concede ao senhor vereador tempo para esse efeito, poderá desenvolver o seu trabalho como vereador da oposição.-----

Solicitando a palavra o vereador Pedro Almeida comentou que a competência para tomar decisões quanto ao apoio à vereação cabe ao Presidente da Câmara Municipal, recordando que o Presidente em exercício à data do pedido era o senhor José Bastos, portanto presume que foi quem negou o seu pedido [de José Pinheiro, à data vereador da oposição]. Sobre congruências, referiu que o então vereador da oposição José Pinheiro pediu apoio administrativo e que, hoje, enquanto Presidente da Câmara recusa o pedido de apoio administrativo que pediu enquanto na oposição, não vê maior incongruência que esta! Regista que o que o senhor Presidente da Câmara pretende é não dar o apoio devido aos vereadores da oposição, o que tem manifestado com a falta de resposta constante às solicitações dos vereadores, reunião após reunião, no sentido de ter uma oposição desinformada, para que não possam colaborar conforme foi solicitado no primeiro dia pelo senhor Presidente, ativamente em prol de Vale de Cambra e dos Valecambrenses. Para poderem dar a sua opinião têm de estar devidamente informados sob pena de poderem estar a cometer erros com base em falta de informação. Todos os seus pedidos feitos foram para estar informado e dar um contributo positivo e construtivo para Vale de Cambra e para os

Valecambrenses, lamenta que o senhor Presidente não queira colaborar nesta posição manifestada desse o primeiro dia. Admitiu que posição idêntica teria o PS.-----

Neste preciso momento, tomando da palavra o senhor vereador Nelson Martins referindo que quando se sentir incomodado se manifesta, e que naquele caso concreto não se sente incomodado, antes pelo contrário. Efetivamente gostaria de ter acesso a mais informação, mas o Presidente da Câmara lá saberá quando e como o poderá fazer, de acordo com a lei.-----

Retomando a palavra o senhor Presidente da Câmara referindo não ter absolutamente nada a esconder, pelo que, a acusação feita pelo vereador Pedro Almeida, é completamente injusta e não é fundamentada. Tendo aquele vereador referido que é fundamentada na falta de respostas.-----

A senhora vereadora Catarina Paiva referiu, quanto às acumulações de funções dos técnicos, que tal está bem explícito no site da Câmara Municipal o Mapa das acumulações, podendo pesquisar-se no motor de busca do site por “acumulações”. Acrescentou que o referido Mapa ou listagem é atualizado todos os anos e é público. Facto de que deu conta na reunião pública, ao Município que levantou a questão.-----

O senhor vereador Nelson Martins referiu que a questão do Município foi ainda mais longe, perguntando se alguns técnicos não poderiam fazer parte dos procedimentos, tendo acesso a informação privilegiada, nomeadamente aqueles que não serão dos quadros da Câmara, o que implicaria o artigo 44.º do CPA. Uma coisa é estarem no site evidenciados, outra coisa é a fiscalização. Alguém deve fiscalizar isso.-----

Tendo a este respeito a senhora vereadora Catarina Paiva informado que todos se comprometem a não estar envolvidos, assinando para o efeito um documento próprio.-----

Passou-se de imediato à análise da ordem do dia.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1. ATA DA REUNIÃO PÚBLICA ORDINÁRIA DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017:

O senhor vereador José Pedro Vieira de Almeida solicitou retificações à proposta da ata nos termos do que consta da gravação da reunião, por entender que a proposta da ata diz menos daquilo que transmitiu, designadamente no período de antes da ordem do dia.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seus sete membros, aprovar a ata da reunião pública ordinária de 21 de novembro de 2017, com as correções introduzidas pelo senhor vereador José Pedro Vieira de Almeida, conforme a gravação da reunião.

2. CONSOLIDAÇÃO DE MOBILIDADE | REQUERIMENTO DE ARMANDO

JOAQUIM TAVARES: Presente a informação de 10.11.2017, prestada pela jurista Isabel Mariano, que se transcreve: “Para os devidos efeitos, cumpre informar que concordo com o teor da informação da técnica superior, Regina Quintal, relativamente ao requerimento de consolidação de mobilidade, apresentado pelo trabalhador Armando Joaquim Tavares, assistente operacional (operador de estações elevatórias) em mobilidade intercategorias no posto de trabalho de encarregado operacional.

Com efeito, considera-se que se encontram reunidos os requisitos necessários à consolidação da mobilidade intercategorias, na categoria de encarregado operacional, nos termos do disposto no artigo 99.º-A, aditado à LTFP, pelo artigo 270.º da LOE/2017. Porquanto: existe posto de trabalho disponível; o trabalhador já se encontra em mobilidade por período superior ao do período experimental estabelecido na carreira (90 dias, de acordo com o disposto no artigo 49.º da LTFP); possui as habilitações académicas adequadas; e pelo requerimento

apresentado revela que quer tornar estável a sua situação na categoria de encarregado operacional.-----

Nestes termos, entende-se que V. Exa, enquanto Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, no uso de competência delegada por despacho de 26-10-2017, poderá propor ao Sr. Presidente da Câmara Municipal (dirigente máximo do serviço) que por sua vez proponha à Câmara Municipal que delibere no sentido da consolidação da mobilidade do trabalhador na categoria de encarregado operacional, ao abrigo do disposto no artigo 99.º-A, aditado à LTFP, pelo artigo 270.º da LOE/2017.”-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seus sete membros, aprovar a consolidação da mobilidade do trabalhador, Armando Joaquim Tavares, na categoria de encarregado operacional, nos termos e com os fundamentos da informação jurídica de 10 de novembro de 2017.-----

3. DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO | TRATO DE TERRENO SITO EM

SANDIÃES, FREGUESIA DE RÔGE: Presente a informação de 21.11.2017, prestada pela jurista Isabel Mariano, que se transcreve: “Joaquim de Almeida Torres veio apresentar proposta de aquisição de parcela de terreno, propriedade do Município, sita em Sandiães, Rôge, conforme planta topográfica em anexo.---

Analisado o pedido pelo SIG, foi o prédio identificado como sendo o prédio rústico inscrito sob o artigo matricial n.º 4387 da freguesia de Rôge, adquirido ao abrigo do contrato 19/2016, e atualmente com a área de 216 m2.-----

O terreno foi objeto de avaliação pelo Dr. Armando Ribeiro que propôs o valor de € 5,9, por m2 (216m2 x € 5,9 = € 1.274,40).-----

Pelo contrato n.º 19/2006, do Serviço de Notariado Privativo da Câmara Municipal de Vale de Cambra, foi adquirido o prédio com a área de 318 m2, inscrito na matriz rústica da freguesia de Rôge, sob o artigo 4378, omissa na Conservatória do Registo Predial de Vale de Cambra, correspondente à parcela 67 dos terrenos

para a obra “Retificação da EM 550 de Cruz de S. Domingos a Função”. Verificando-se deste modo, que este prédio foi adquirido para integrar o domínio público municipal, ao qual passou a pertencer – uma parte na via, EM 550, e outra parte, os 216 m2, na berma.-----

Assim, considerando que a parcela de 216 m2 que o requerente se propõe adquirir se encontra integrada no domínio público do Município, para que se possa dar continuidade ao procedimento, com vista à celebração do contrato de compra e venda, deverá a mesma ser desafetada do domínio público e integrada no domínio privado do Município.-----

Para o efeito, deverá ser dado início ao respetivo procedimento, dando publicidade à intenção de proceder à desafetação da faixa de terreno, que tem a área de m2, para o referido fim, através de edital.-----

Decorrido o prazo concedido para o efeito (15 dias contados em dias úteis), nos termos do disposto no artigo 191.º do CPA, caso não sejam apresentadas quaisquer reclamações por parte dos interessados, cabe à Câmara Municipal deliberar propor à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, desafetar a referida faixa de terreno do domínio público e integrá-lo no seu domínio privado, com vista à sua utilização para o referido fim.-----

Nestes termos deverá o presente processo ser remetido à Câmara Municipal, para que profira decisão sobre a matéria, designadamente dar início ao procedimento de desafetação do domínio público da parcela em apreço, para o fim proposto pelo requerente.-----

O senhor vereador Nelson da Silva Martins perguntou se estão acauteladas as eventuais reclamações com base no princípio do conhecimento, isto é, se os Múncipes da localidade terão conhecimento que esta parcela poderá vir a ser alienada.-----

2017.12.05

O senhor Presidente da Câmara respondeu que o que está em análise é a intenção de desafetar do domínio público para o privado, a referida parcela, portanto ainda o início do procedimento. Ao que o senhor **vereador Nelson Martins** respondeu que tal antecede a alienação, de que a população deve ter conhecimento de forma transparente e abrangente. Retomando a palavra o **senhor Presidente da Câmara** referiu que esta intenção desafetação é publicitada através de edital, nomeadamente pelas Juntas de Freguesia.-----

Neste momento, interveio o senhor vereador Pedro Almeida, referindo que estão a analisar a desafetação, mas pelo que entende a pergunta feita pelo vereador Nelson Martins é se o senhor Presidente da Câmara vai ou não divulgar publicamente a alienação do terreno, porque o que aconteceu no passado recente, foi que o Presidente alegou competências próprias para venda de terrenos a particulares. Portanto, o que se pergunta é se o senhor Presidente vai usar essa competência para venda direta ao requerente, ou se vai colocar em hasta pública a venda deste terreno. Dizer que isto é divulgado não é verdade, porque o senhor Presidente tem competências próprias para o alienar diretamente ao particular. **Respondeu o senhor Presidente da Câmara** perguntando com que base afirma o vereador que “não é verdade” que vai ser feita a divulgação.

Esclarecendo o senhor vereador Pedro Almeida que não é verdade que tenha de ser feita a divulgação. Agora se vai ser feita ou não, foi a pergunta do vereador Nelson Martins e ao que o senhor Presidente terá de responder. **Retomando a palavra o senhor Presidente da Câmara** disse que já respondeu à pergunta do vereador Nelson Martins.-----

A Câmara Municipal deliberou, por maioria de seis votos a favor e uma abstenção do vereador Nelson da Silva Martins, publicitar a intenção de desafetar do domínio público para o domínio privado do município, o trato de terreno, com área de 216 m2, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Rôge, sob o

artigo 4387, nos termos e com os fundamentos da informação jurídica de 21 de novembro de 2017.-----

Declaração de voto do vereador José Pedro Vieira de Almeida: “Concordo com esta desafetação uma vez que se trata de uma parcela sobrante resultante de uma expropriação para requalificação da EM 550, no entanto sugeria ao Sr. Presidente da Câmara, aquando este processo terminasse e que o terreno passe para o domínio privado, que a alienação fosse feita em hasta pública.”-----

4. REQUERIMENTO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VALE DE

CAMBRA | ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TARIFAS: Presente informação de 22.11.2017, prestada pela jurista Isabel Mariano, que se transcreve: “Vem a Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra solicitar isenção do pagamento das tarifas respeitantes às águas residuais, água de consumo e resíduos sólidos urbanos para a Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Vale de Cambra, que se encontra a gerir na Rua do Hospital – Vale de Cambra.-----

Os Serviços da DSUOM identificaram a instalação em apreço, como sendo a n.º 9857 e informaram que à Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra foi concedida isenção de pagamento de tarifas para duas instalações de fornecimento de água, das nove de que esta entidade é titular.-----

Mais foi prestada informação pelo Chefe da DSUOM, com a qual se concorda, e que vai no sentido de considerar, nos termos das disposições conjugadas do artigo 33.º n.º 1 alínea e), do anexo I da Lei nº 75/2013 e do artigo 21.º da Lei n.º 73/2016, que cabe à Câmara Municipal um poder discricionário de em casos pontuais, considerando circunstâncias que considere pertinentes estabelecer um regime especial de tarifário ou mesmo de isenção.-----

Interveio o senhor vereador José Pedro Vieira de Almeida perguntando se este tipo de isenções existem noutras instituições do Concelho, e se existem quais.-----

2017.12.05

Como se trata da Unidade de Cuidados Continuados, perguntou ainda, face às despesas mensais, designadamente a renda desta Unidade, qual a posição da Câmara Municipal a um eventual apoio financeiro à mesma. Tendo **o senhor Presidente da Câmara** respondido que o assunto em análise é a isenção do tarifário, e que a questão do senhor vereador não tem aqui enquadramento.-----

A Câmara Municipal deliberou, por maioria de seis votos a favor e uma abstenção do vereador Nelson da Silva Martins, conceder isenção do pagamento das tarifas respeitantes às águas residuais, água de consumo e resíduos sólidos urbanos para a Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Vale de Cambra, instalação n.º 9857, nos termos e com os fundamentos da informação jurídica de 22 de novembro de 2017.-----

Declaração de voto do vereador Nelson da Silva Martins:-----

“Concordando com o princípio geral de que caberá à Câmara Municipal o poder discricionário de pontualmente isentar qualquer instituição do pagamento de tarifários;-----

Concordando ainda que a Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra, através da Unidade de Cuidados Continuados, presta serviço de interesse público;-----

abstenho-me por considerar que a Câmara Municipal deverá dar possibilidades iguais a todas as instituições que prestem serviços análogos aos da Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra, publicitando a dita possibilidade.”-----

5. CP N.º 43/2017, FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA | RELATÓRIO FINAL | RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SR. PRESIDENTE

DA CÂMARA MUNICIPAL DE 27.11.2017: Para efeitos de ratificação, presente o despacho de 27 de novembro de 2017, proferido pelo Sr. Presidente da Câmara, pelo qual aprovou o relatório final e determinou a adjudicação ao concorrente

“Uniself – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A”, pelo valor de 749.250,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos termos e condições do referido Relatório Final, datado de 24 de novembro de 2017, do Júri do procedimento: “CP 43/2017 - Fornecimento de Refeições em Estabelecimentos Escolares do Município de Vale de Cambra”.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seus sete membros, ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara, de 27 de novembro de 2017, que aprovou o Relatório Final, datado de 24 de novembro de 2017, do procedimento: “CP 43/2017 – Fornecimento de Refeições em Estabelecimentos Escolares do Município de Vale de Cambra”, e determinou a adjudicação ao concorrente “Uniself – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A”.-----

6. ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2018 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO

PARA 2018/2021: Presente a informação de 9/11/2017, prestada pelo Chefe da DAF, Rui Valente, que se transcreve:”De acordo com o n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, nos casos em que as eleições para o órgão executivo municipal ocorram entre 30 de julho e 15 de dezembro, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte é apresentada no prazo de três meses a contar da data da respetiva tomada de posse. Nesse sentido, foram elaborados todos os documentos inerentes e que se anexam, onde foram vertidas as instruções que nos foram comunicadas superiormente.-----

O orçamento municipal e as Grandes Opções do Plano incluem os seguintes elementos: -----

a) Relatório que contem a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta, incluindo a identificação e descrição das responsabilidades contingentes; -----

b) Mapa resumo das receitas e despesas da autarquia;-----

c) Mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica;-----

d) Articulado que contenha as medidas para orientar a execução orçamental. ----

Presente ainda proposta do Orçamento para 2018, bem como das Grandes Opções do plano para 2018-2021, de acordo com o previamente distribuído aos senhores vereadores.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva referiu que este orçamento é realisticamente um dos orçamentos com um dos valores mais altos dos últimos anos, e que surge no seguimento de um período em que houve dificuldades para equilibrar as contas do Município, felizmente, que esse trabalho, embora não concluído, está no bom caminho. Tinham uma herança pesada, que não augurava nada de bom mas, não obstante todas as dificuldades e críticas que lhes foram endereçadas (através até de artigos maliciosos na comunicação social) foram capazes de angariar fundos comunitários. Irá fazer obra não para os políticos mas para os Valecambrenses. É por eles, que quer fazer esse trabalho de valorização do Concelho, através: da requalificação do património edificado; melhoria das condições ambientais, designadamente ao nível dos objetivos mundiais da descarbonização; melhorar os indicadores e condições das crianças, para que tenham acesso a melhores estabelecimentos de ensino e melhor educação; melhorar as redes de abastecimento de água e saneamento; ter atenção à problemática da floresta. Por tudo isto o orçamento cresce, é um orçamento exequível e realista, que aponta metas e é, também, um orçamento que vai dar resposta aos reais interesses e necessidades das populações e das empresas.-----

O Sr. vereador com o pelouro das finanças, António Alberto Almeida de Matos Gomes, proferiu a seguinte intervenção: “A preparação de documentos estratégicos, tendo inerente a relevância e importância com que se revestem, traz

consgo uma transposição para os mesmos de todas as características que os decisores políticos devem procurar possuir: exatidão, transparência e eficiência no uso dos dinheiros públicos.-----

Deve também e obviamente ter-se em consideração que o honrar de compromissos mantidos pela edilidade (pagamento de dívida tanto a fornecedores (correntes e de imobilizado, como terrenos) como a entidades financeiras) deve estar traduzido nesses documentos, o que tem por base um trabalho criterioso de todos os novos investimentos, tendo presente os recursos que estão ou venham a estar à disposição.-----

Também em pleno ano de execução de quadro comunitário – Portugal 2020 – é essencial que o grande volume de projetos, previstos realizar financeiramente em 2018 e, nos anos seguintes, esteja devidamente representado nos respetivos documentos previsionais.-----

Temos assim que a presente proposta de orçamento do Município de Vale de Cambra se consubstancia no seguinte:-----

Globalmente, o orçamento apresentará um acréscimo de 23,51% face a 2017, ou seja, mais 4.211.500,00euros, passando de 17.916.500,00euros para 22.128.000,00euros.-----

A receita corrente está orçamentada em 13.216.410,40euros, que suporta a despesa corrente de 10.668.680,75euros, enquanto se prevê uma receita de capital de 8.911.589,60 euros para uma despesa de capital de 11.459.319,25euros, -----

Na previsão das receitas nota-se um peso relativo particularmente elevado nas “transferências correntes” (6.645.902,14euros), nos “impostos diretos” (3.734.150,00euros) e nas “transferências de capital” (7.684.739,60euros).-----

Relativamente às despesas, salienta-se o enorme peso que adquire a “aquisição de bens de capital” com 10.253.850,00euros, que significa um peso acima de 46% no total do orçamento.-----

Relativamente às Grandes Opções do Plano com financiamento definido (12.899.719,25euros), salientam-se as “Funções Sociais” com um valor de 8.606.700,00euros e, dentro destas, “Habitação e Serviços Coletivos” com um valor de 4.178.950,00euros.-----

Mais especificamente, é de salientar investimentos que também possuem um significado financeiro digno de registo, mesmo considerando apenas o ano de 2018:-----

- Requalificação da EB 2,3 Dairas com um valor de 1.700.000,00 euros;-----

- Drenagem de Águas Residuais Zona Sul das Freguesias de Rôge e Macieira de Cambra, com um valor de 1.205.000,00euros;-----

- Abastecimento de Água à Zona Sul das Freguesias de Rôge, Macieira de Cambra e S. Pedro de Castelões, com um valor de 1.892.000,00euros;-----

- Reabilitação do Antigo Cinema para Centro de Artes e espetáculos, com um valor de 610.000,00euros;-----

- Execução de Rede de Percursos Pedonais Contínuos e Livres de Obstáculos, com um valor de 628.000,00euros.-----

Reitero que aos valores dos investimentos atrás referidos acrescem os valores plurianuais, permiti-me referir apenas valores previstos para 2018.-----

Prevê-se, por isto, que 2018 venha a ser um dos anos com maior nível de investimento pago de sempre. Só a título de ações financiadas, as Grandes Opções do Plano possuem um valor de 8.613.350,00euros para 2018.-----

Preparámos o Município, dotámo-lo com capacidade de tesouraria, com liquidez, com confiança dos atores financeiros, **a que se juntou a confiança reiterada dos Municípios.** Vamos, com este orçamento, dotar o nosso Município com

melhores e inovadas infraestruturas. Assim, prevemos investimento co-financiado e não só com água, saneamento, ensino, cultura, turismo, desporto, sem descurar a industria, as vias de comunicação, as manutenções necessárias, as despesas que apesar de serem apelidadas de correntes, mais não são do que verdadeiros pilares na atratividade e aposta no futuro, como transportes e refeições escolares, limpeza urbana, recolha e tratamento de resíduos sólidos. Tudo isto no mesmo orçamento.-----

Concedida a palavra ao senhor vereador José Pedro Vieira de Almeida

referiu que, recentemente, foram aprovados pela Câmara e Assembleia Municipais os impostos relativos ao IMI, à Derrama e ao IRS, cuja proposta do CDS, no sentido da manutenção da carga fiscal, com a justificação de que seriam para dar resposta à comparticipação dos fundos comunitários do Portugal 2020. -

Acrescentou que este é um orçamento que, mais uma vez, demonstra falta de estratégia do Município para aquilo que é a atual realidade de Vale de Cambra.----

Se analisarmos o Orçamento e a sua majoração, que aumentou em cerca de quatro milhões de euros, facilmente se percebe que estes quatro milhões vão cair numa expansão da rede de água e saneamento, que não abrange todo o Concelho, é essencialmente feita nas Freguesias de Rôge, Macieira de Cambra e parte de S. Pedro de Castelões, esquecendo as Freguesias do interior. Para este efeito estão previstos valores de cerca de três milhões de euros. Depois está também previsto o valor de um milhão e setecentos mil euros relativos à obra a ser feita na EB 2,3 das Dairas, que é propriedade do Estado e não da Autarquia. Somando estas duas verbas rapidamente chega-se ao valor desses cerca de quatro milhões de euros. O Orçamento para 2018 reflete ainda mais algumas candidaturas de valores reduzidos. -----

Não vê refletido no Orçamento para 2018 nenhum investimento sério na área empresarial, que o PSD gostaria de ver, nomeadamente com a criação de uma

incubadora de empresas. Não vê retratado ainda uma política séria de melhoria e de incentivo e requalificação do centro da cidade, nomeadamente no que ao comércio diz respeito.-----

De seguida, **apresentou, em nome do PSD, algumas propostas a incluir no Orçamento para 2018**, ora em apreciação:-----

1. Por forma a atrair a fixação de jovens/famílias no concelho, propôs a oferta para as crianças das vacinas, que não se encontram abrangidas pelo Programa Nacional de Vacinação, desde que recomendadas do ponto de vista médico.-----

2. Uma vez que foi recentemente aprovado o Regulamento do Conselho Municipal da Juventude, propôs a inclusão de uma rubrica neste Orçamento no valor de 50mil euros para um orçamento participativo da juventude, para que os jovens participem naquilo que é o futuro da sua terra.-----

Passou a referir algumas coisas que gostaria o PSD de ver revertidos no Orçamento, o que não se vislumbra:-----

- sobre a questão do ensino que o senhor Presidente diz estar revertido no orçamento, pensa que se esteja a referir apenas e só às obras que vai efetuar nas escolas, não vê também neste orçamento nenhuma rubrica relativa à possibilidade do ensino superior em Vale de Cambra, que é de fundamental interesse para criar atratividade para o Concelho.-----

- em termos de política de habitação, também, não vê nada revertido neste Orçamento. E ainda recentemente, o senhor Presidente da Câmara em intervenções públicas que tem feito, uma das queixas é o custo elevado da habitação em Vale de Cambra, contudo não vê propostas nenhuma para apoio à habitação, nomeadamente dos jovens que até poderão surgir noutras circunstâncias, entendendo o PSD que aqui deveriam estar revertida, como deveria também estar revertida a redução significativa dos custos com as taxas de licenciamentos para incentivar a fixação da população.-----

2017.12.05

No que se refere à previsão de subsídios às associações de âmbito cultural, recreativo, desportivo ou às IPSS's, a verba é praticamente a do ano anterior, nomeadamente a respeitante às IPSS's, pelo que perguntou se se prevê neste montante um apoio à Unidade de Cuidados Continuados, pelas razões já explicitadas no ponto 4 da ordem do dia. Relativamente às outras associações o valor também se mantém o mesmo. A este respeito, referiu ser de todo importante que a Câmara Municipal tivesse uma política ativa de apoio às associações, nomeadamente aos escalões de formação, e ao fazê-lo estariam também a apoiar as famílias, que têm jovens a cargo.-----

Concluiu frisando, que este Orçamento lhe parece que é para dar resposta a uma ou outra candidatura que tenha sido aprovada, mas é um Orçamento sem visão estratégica de futuro para Vale de Cambra e sem responder àquilo que são as verdadeiras necessidades do Concelho e a clara perda de população e desertificação. Todos os meses morrem dezenas de pessoas em Vale de Cambra, e não nascem dezenas de pessoas e, também, não se fixam pessoas no Concelho, com consequências graves para o Município e também de recursos humanos para as empresas que estão com dificuldades em encontrar pessoas para trabalhar nas mesmas.-----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara, José Pinheiro referiu que esta foi uma das intervenções mais caricatas a que assistiu desde que está nesta casa, quer como vereador da oposição, quer como Presidente. Defende o senhor vereador duas coisas, por um lado o abaixamento de impostos, isto é, a redução drástica de receitas e por outro lado quer mais um orçamento. Vem dizer que este executivo só conseguiu três milhões de euros para água e saneamento, quando deveria prever a cobertura de todo o concelho, mas o senhor vereador esteve no executivo e não fez rigorosamente nada nessa área. O CDS vai investir três milhões e está a ser acusado pelo PSD de ir investir esse valor, na expansão da

2017.12.05

rede nas freguesias de S. Pedro de Castelões, Rôge e Macieira de Cambra. Defende o senhor vereador o apoio ao comércio, mas não diz objetivamente como. Como se não o tivessem feito, nem tivessem tido políticas de proximidade com o comércio, como se não tivessem feito parcerias, designadamente com uma associação empresarial. Afirmou o senhor vereador que se limitaram a investir e a requalificar as escolas do concelho, como se tal fosse mau para o Concelho e para o futuro das crianças. Propõe ainda o senhor vereador a vacinação, sendo que não é competência da Câmara Municipal, não quer isso dizer que não possa avançar, mas é um clara competência do Ministério da Saúde na qual não se devem imiscuir; e também, deveria o vereador dizer quais as vacinas que estão nessa sua pretensão. Também acusa a Câmara de nada fazer pela indústria e que deveriam gastar milhões pela indústria, não fazem nada ao nível da política de habitação, sendo certo que à data em que o vereador fez parte do executivo, foi exatamente quando foram implementadas algumas medidas que foram lesivas para habitação que agora, curiosamente, se têm tentado inverter. Estão completamente de acordo em dinamizar as políticas de habitação, no sentido de se fixar a população, pelo que vai continuar a defender o abaixamento das taxas de licenciamento que herdaram e que são penalizadoras para os investidores. Sugere ainda o senhor vereador um orçamento participativo de 50mil euros, que sejamos generosos com as associações. Recordou que, quando chegou à Câmara, em 2013, haviam deliberações que não eram pagas há alguns anos às associações, portanto, estranha que agora venha o vereador fazer tal proposta, quando foi o executivo CDS que retomou esse pagamento, que tem deliberado e pago, isto é, tem honrado os compromissos que assumiu mais aqueles que vinham de anos anteriores a 2013. -----

No que se refere à Unidade de Cuidados Continuados referiu que estão atentos, que trabalharam e lutaram para que esta pudesse ser uma realidade,

2017.12.05

contrariamente ao que foi dito. Defende o apoio às associações culturais e desportivas e às IPSS, cumprem com esse apoio, podem deliberar dar um pouco menos do que seria a expectativa das associações, mas têm deliberado e pago a tempo e horas. Informou que até retomaram o pagamento do compromisso anteriormente assumido de apoio à construção da sede do Grupo Etnográfico Terras de Cambra. -----

É preciso ser sério no que se diz e no que se faz, e ser coerente no que faz e no que diz.-----

Portanto, este Orçamento permite melhorar a vida dos Valecambrenses, melhorar as condições dos equipamentos municipais, designadamente as requalificações da Biblioteca, do cinema, do mercado municipal; como será o caso do saneamento e das ciclovias, uma série de investimentos programados e para os quais temos financiamento. O financiamento possível, negociado em sede de PEDU e também nível das candidaturas ao POSEUR, verbas estas que foram possíveis negociar com muito esforço e muito empenho, e que ainda assim vão permitir que o Concelho se desenvolva.-----

Este orçamento não encerra só dentro de si as obras financiadas, vai muito mais para além daquilo que são as obras financiadas, pois há aqui muitos apoios sociais, muito trabalho de base e continuidade, para que as pessoas em Vale de Cambra tenham melhor qualidade de vida. Têm estado atentos e sido sensíveis particularmente na área de apoio social. A questão do ensino superior continua em cima da mesa e estão a trabalhar para que seja uma realidade tão próximo quanto possível, dado não depender apenas da Câmara. Entende que este Orçamento vai satisfazer Vale de Cambra. Naturalmente gostariam de ter o dobro de orçamento, as mais baixas taxas possível, mas no centro está a virtude, temos de ser equilibrados e racionais, dando os passos com os pés bem assentes no

2017.12.05

chão, olhar para o futuro, que não é só o dia de amanhã mas o garantir da sustentabilidade nos próximos anos. -----

Retomando a palavra o senhor vereador Pedro Almeida referiu, quanto à coerência, admirar as palavras do senhor Presidente da Câmara, que enquanto na oposição queria os impostos pelo mínimo, tendo até em certa altura feito contas quanto a produtos de alimentação que as famílias poderiam comprar com o abaixamento do imposto, hoje a conversa já é no meio está a virtude. Referiu a clara falta de coerência do senhor Presidente enquanto na oposição e agora no poder.-----

Acrescentou que, quando integrou o executivo municipal, a receita do IMI era de um milhão e quatrocentos mil euros e hoje, mesmo com a diminuição das taxas, a receita é de aproximadamente dois milhões e duzentos mil euros, portanto aumentou significativamente a receita. Aquilo que se exige é que esse aumento de receita seja feito em obra que, de facto, vá criar desenvolvimento económico e social do Concelho. É preciso investir claramente na economia do Concelho. É muito importante termos ciclovias, provavelmente será, mas mais importante será investir na economia, isto é no comércio e nas empresas. E sobre o investimento no comércio, perguntou ao senhor Presidente da Câmara qual foi o investimento feito, se foi só o protocolo que fez com a AECA ou se houve medidas concretas e que diga quais.-----

Sobre as vacinas são as que não integram o Programa Nacional de Vacinação, desde que recomendadas do ponto de vista clínico. Responde a isto o senhor Presidente que tal é competência do Ministério da Saúde, mas a Câmara Municipal oferece os livros escolares ao primeiro ciclo e a educação é competência do Ministério da Educação. Ressalvou que acha bem que a Câmara faça essa oferta, que esta medida deve ser continuada e, assim que possível, alargá-la para além do ensino básico. Reconhece que esta medida deve ser

continuada, e que a vacinação vem na mesma lógica, por ser uma forma de ajudar as famílias.-----

Perguntou ainda ao senhor Presidente da Câmara:-----

- onde se encontra neste orçamento o investimento na indústria;-----

- quais as políticas concretas de apoio à habitação;-----

- se está disponível para acolher a sugestão sobre o orçamento participativo, uma verba que lhe parece pequena, mas interessante para os jovens participarem no desenvolvimento do Concelho.-----

No que se refere às candidaturas, referiu que o investimento é da ordem dos cinco milhões participado pelos fundos em 85%, o que significa uma participação da Câmara Municipal na ordem dos 750mil euros, que é menos de metade aquilo que são as receitas diretas de IMI. Se é cerca de metade, não é por questão de fundos comunitários que vai absorver toda a receita porque depois ainda têm a derrama e o IRS, portanto poderia ir muito mais além, com propostas concretas para o desenvolvimento do Município.-----

O ensino superior continuam à espera dele.-----

Sobre a UCC disse que se deve falar a verdade e que sabem quem, de facto contribuiu para que hoje tivéssemos cá a mesma, lembrando a votação do CDS na Assembleia da República. Se hoje têm em Vale de Cambra a UCC certamente não se deve ao CDS, mas não querendo falar em causa própria, sugere que se questione o senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia, ele dirá quem de facto contribuiu para a abertura da UCC, reconhecendo pessoalmente o papel e o contributo do PS.-----

O senhor vereador António Alberto Gomes lembrou o vereador Pedro Almeida que a campanha acabou há dois meses, isto não é o reavivar do debate de há dois meses e meio, e que sob a liderança daquele vereador o PSD obteve o resultado mais fraco de sempre em Vale de Cambra. Acrescentou que as políticas

2017.12.05

contidas no Orçamento são aquilo que o povo sufragou ainda há dois meses, na continuidade do trabalho deste executivo. Queria o vereador Pedro Almeida que este fosse um orçamento do PSD, mas o PSD teve o resultado mais fraco que há memória no Concelho, o Povo rejeitou-o. Este orçamento, ao contrário do que diz o vereador Pedro Almeida, revela que este Executivo tem uma estratégia para o Concelho e que esta foi amplamente reconhecida e expressa pelos eleitores na últimas eleições. Terminou referindo que daqui a quatro ano serão novamente avaliados.-----

Retomando a palavra o senhor vereador Pedro Almeida respondeu que aquilo que o PSD defendeu na campanha, continua a defender hoje. O PSD respeita o resultado eleitoral, mas lembra que não estão ali sete vereadores do CDS/PP, mas que estão presentes vereadores do CDS, do PS e do PSD. Em democracia, cerca de 2500 pessoas votaram no PSD e ele representa essas 2500 pessoas pelo menos. A proposta que o PSD apresentou foi esta, não outra, e é a proposta que aqui hoje defende. É legítimo que o CDS vote contra, é para isso que foram eleitos, podem discordar das suas propostas, mas têm de dizer que não querem, concretamente que não querem as vacinas, que não querem investir na industria, que não querem um orçamento participativo. É natural que em democracia assim funcione, mas não peçam que o PSD venha às reuniões dizer “amém” porque o CDS ganhou as últimas eleições, por maioria absoluta. Não o irão fazer. Irão sim defender as suas propostas, defendendo também a percentagem da população que votou neles. Pediu o mesmo respeito que tem pelo executivo, que aquele tenha respeito pelas propostas da oposição, obviamente diferentes, é assim em democracia.-----

O senhor vereador António Alberto Gomes referiu que sempre aceitou e respeitou os resultados expressos nas urnas e que são reveladores de um Concelho democrático e esclarecido, pelo que quem parece ter duvidas dessa

questão é o Vereador Pedro Almeida, ao sentir necessidade de justificar a sua posição com tal afirmação.-----

Relativamente ao orçamento, referiu que o grande desafio será a sua execução. Quanto às políticas, referiu que as palavras leva-as o vento, mas os atos é que fazem com que as pessoas votem.-----

Concedida a palavra ao senhor vereador Nelson da Silva Martins, referiu que, dado que veio à colação a oferta dos manuais do primeiro ciclo, quis esclarecer que é o Governo que oferece os manuais do primeiro ciclo, e que a Câmara Municipal oferece as fichas. -----

Neste momento, esclareceu a senhora vereadora Maria Catarina Lopes Paiva que aquando da divulgação dessa medida foram bem claros nesse aspeto, que a Câmara oferecia as fichas, enquanto que era o Governo a oferecer os manuais.

Acrescentando ainda a senhora vereadora Daniela Sofia Paiva da Silva que foram oferecidos ao primeiro ciclo, dado que este ciclo de ensino é da competência do Município.-----

A Câmara Municipal deliberou, por maioria de cinco votos a favor (do Presidente e vereadores do CDS/PP), um voto contra do vereador do PSD e uma abstenção do vereador do PS, aprovar os documentos que compõem o Orçamento para 2018, bem como as Grandes Opções do Plano para 2018-2021 e remeter esta proposta à Assembleia Municipal para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, do anexo I, da Lei 75/2013 de 12/09.-----

Declaração de Voto do vereador Nelson da Silva Martins: “Certamente que as Grandes Opções do Plano terão em conta as expectativas do eleitorado que votou na maioria CDS/PP, pelo que ao longo de 2018 estaremos atentos ao que se prometeu, ao que se fez e a como se gastaram as verbas do erário público.”- -

7. MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL, PARA 2018: Presente a informação de 9/11/2017, prestada pelo Chefe da DAF, Rui Valente, que se

transcreve: “De acordo com o artigo 29.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, os órgãos e serviços preveem anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução. O mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar e do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam.-----

O mapa de pessoal é aprovado pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento, ou seja, pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, de harmonia com o disposto na alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devendo ser afixado e inserido em página eletrónica. -----

Assim, e para os devidos efeitos, se anexa proposta de Mapa de Pessoal para este Município para o ano de 2018, onde foram vertidos os resultados das intenções que nos foram comunicadas superiormente.-----

Assim, o Mapa em questão prevê os seguintes novos postos de trabalho para 2018:-----

Divisão de Planeamento, Ambiente e Gestão Urbanística:-----

1 técnico superior (licenciatura animação sociocultural);-----

Divisão de Serviços Urbanos e Obras Municipais:-----

1 assistente operacional-----

Divisão Administrativa e Financeira-----

1 assistente técnico-----

Divisão de Ação Social, desporto, Educação e Cultura-----

3 assistentes operacionais-----

1 técnico superior (licenciatura conservação e restauro do património)-----

1 assistente técnico-----

No total temos que:-----

Categoria-----2017 (vagos)-----2018-----Total

Técnico Superior-----4-----2-----6

Assistente Técnico-----6-----2-----8

Assistente Operacional -----26-----4-----30

Direção Intermédia 2.º grau -----1-----0-----1

Ao total de assistentes operacionais, 14 já foram contabilizados como despesas com pessoal nas rubricas respetivas dado que já se encontram a decorrer os respetivos procedimentos concursais (1 armazém, 2 águas, 6 espaços verdes e 5 sapadores). -----

Devo ainda informar que relativamente ao enquadramento orçamental do Mapa de Pessoal para 2017 no Orçamento Municipal respetivo, que as rubricas da despesa respeitantes ao recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho possuem uma dotação proposta de 220.000,00 euros.-----

Esse valor é considerado suficiente tendo em atenção:-----

- as remunerações eventuais em causa para os trabalhadores que possam vir a ocupar os lugares propostos;-----
- os timings em que tal possa vir a acontecer, tendo presente o tempo que, em média, se estima ser necessário para iniciar e finalizar um procedimento concursal.-----

Presente ainda proposta do Mapa de Pessoal para 2018, de acordo com o previamente distribuído aos senhores vereadores.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, começou a sua intervenção, dizendo que neste momento a Câmara Municipal tem cerca de 190 postos de trabalho ocupados, sendo que há 37 postos vagos, isto é, já existiam no Mapa de Pessoal de 2017 mas não estão

preenchidos. Para este novo ano de 2018, são criados 8 novos postos de trabalho.-----

Referiu, que no Mapa de Pessoal atual, tem sobressaído uma redução bastante significativa de colaboradores, sobretudo de Assistentes Operacionais por várias condicionantes, entre as quais: reformas, invalidez, rescisão de contrato pelo colaborador visando novas perspetivas e oportunidades para o futuro.-----

Salientou que, talvez, um dos aspetos mais relevantes no Mapa, tem a ver com o Gabinete de Proteção Civil, onde aparece 11 postos de trabalho vagos, referindo-se a 6 jardineiros, que são necessários para a manutenção do parque da cidade, espaços verdes, escolas, novas competências com a “vespa velutina”, que absorve muitas horas de trabalho, sempre durante a noite, enaltecendo o trabalho destes profissionais, que com grande sacrifício e dedicação exercem as suas funções de forma exemplar. Nestes onze, incluem-se também 5 vagas de assistentes operacionais, que não estão preenchidas, para constituição de uma equipa de Sapadores, mas que já está a correr procedimento concursal.-----

Referiu que os postos de trabalho vagos, e os a criar em 2018, poderão vir a não ser preenchidos.-----

Passada a palavra, a senhora vereadora Maria Catarina Lopes Paiva, interveio, dizendo que, os postos de trabalho que planeamos para o ano de 2018, são para dois técnicos superiores, sendo que uma das vagas será para o cargo de Animador Sócio – Cultural a integrar no Centro de Educação Ambiental. Fundamentou esta necessidade, dizendo que o Centro de Educação Ambiental tem tido uma grande projeção, tendo em conta que atualmente é visitado quer por escolas quer também por IPSS'S, e portanto, faria todo o sentido o preenchimento desta vaga por um profissional que prestasse o acompanhamento devido aos visitantes. Continuando, informou que o outro técnico superior será para integração no Arquivo Municipal, fundamentando para isso, que aquele local é

bastante rico em Património Fotográfico, e que o mesmo Património não tem sido preservado atempadamente.-----

Fez ainda referência a mais duas vagas para dois Assistentes Técnicos, sendo que um seria para a Divisão Administrativa Financeira, para o setor de Taxas, Licenciamentos e Expediente, e outro seria destinado ao Arquivo (DASDEC). Disse ainda que integram a proposta do Mapa, quatro Assistentes Operacionais, sendo que uma vaga seria para a Divisão de Serviços Urbanos e Obras Municipais (DSUOM) e três vagas para a Divisão de Ação Social e Educação, totalizando deste modo, as quatro vagas existentes.-----

Tomou da palavra o vereador Nelson da Silva Martins, que, com base no que já tinha sido referido, questionou objetivamente, quantos colaboradores iria ter a Câmara Municipal, após a supressão das vagas referidas, se 190, 198, 227 ou 235.-----

O senhor Presidente da Câmara frisou o que já havia dito, que as vagas poderão não ser preenchidas, portanto não pode indicar o número exato. **Tendo destacado, a este respeito a senhora vereadora Catarina Paiva** que, atualmente estão a Concurso, uma vaga para o armazém, duas vagas para o serviço de águas, seis vagas para os espaços verdes e cinco vagas para os Sapadores, totalizando assim um número de catorze vagas, ressaltando ainda, que os procedimentos estão em fase de conclusão. Os restantes poderão entrar ou não.-----

Tendo concluído então o senhor vereador Nelson Martins que o preenchimento das vagas, fará com que se chegue até ao limite de 235 colaboradores. -----

Neste momento, interveio o vereador José Pedro Vieira de Almeida alertando que o Mapa de Pessoal deve reverter as necessidades permanentes da Câmara Municipal em termos de Recursos Humanos e, que o facto de inserirem mais vinte

2017.12.05

ou trinta vagas, tendo em conta que são postos de necessidade permanente deveriam então ser providos, salvo uma ou outra folga para eventuais necessidades momentâneas que surjam.-----

Relativamente às suas questões, uma foi já respondida que dizia respeito ao animador sócio-cultural, dentro da DPAGU. Outra delas prende-se com a vaga de Assistente Operacional para a DSUOM, porque ele está afeto ao apoio administrativo, portanto entende que o mais correto era que a funções fosse de Assistente Técnico e não operacional.-----

Já aqui foi referida a vaga para o Expediente e licenciamentos, no âmbito da DAF, é uma opção e entendimento da Câmara Municipal. Lembrou ainda, que no âmbito desta Divisão, no presente Mapa de Pessoal, é inexistente um Técnico de Segurança e Higiene no Trabalho, e que seria importante. -----

Na DASDEC está previsto um assistente técnico para apoio administrativo e também três Assistentes Operacionais previstos para a área da Educação, parecem-lhe poucos face às necessidades conhecidas das escolas. Mas gostaria de ouvir a opinião da senhora vereadora do pelouro quanto a esta necessidade.---

Relativamente às vagas para o arquivo municipal já foi esclarecido.-----

Estando-se a perder lugares, entende que os mesmos no decorrer do ano deverão ser preenchidos, se se tratam de verdadeiras necessidades.

Acrescentou, que esperava ver, nesta proposta, revertido Técnicos, na Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, fundamentando com as competências que têm vindo a aumentar, nomeadamente no âmbito do Sistema de Indústria Responsável, da Fiscalização que aumentou significativamente face às mais competências da administração local. Disse que a Câmara tem vindo a descurar a área dos Sistemas de Informação Geográfica (DPAGU) que tem de momento apenas um colaborador afeto, o que lhe parece muito pouco para aquilo que são as necessidades atuais e futuras, em termos de tecnologia a adotar no Município.

2017.12.05

Concluiu, dizendo que esta sua intervenção deve ser interpretada como sugestão, no entanto, entende que deveria ser incorporada neste Mapa de Pessoal.-----

Em resposta, a senhora vereadora Catarina Paiva, disse que este Mapa de Pessoal é feito tendo por base o diagnóstico aos Chefes de Divisão, e que faltando pessoal, são estes que deveriam dar conta do mesmo.-----

Em relação à falta de Assistentes Operacionais para a área da Educação, argumentou que a área da Educação diz respeito não só à Câmara Municipal, mas também ao Ministério da Educação, que está também obrigado à colocação dos referidos assistentes. Continuou, dizendo que a Câmara Municipal tem um contrato de colaboração com a DGEST, contrato esse, em que é obrigada a colocar seis assistentes operacionais, quando tem já colocados treze Assistentes Operacionais, tendo agora proposto mais três. Fundamentou ainda, que para além destes, a Câmara Municipal tem ainda contratos com as empresas que lhes servem refeições, que no horário em que estas são servidas, coloca mais funcionários para auxiliar a distribuição das refeições. Ressaltou portanto, que havendo alguma falha, não é por parte da Câmara Municipal, mas sim pelos serviços do Ministério da Educação, e nesse sentido, alega que terão de fazer mais pressão para que o mesmo coloque mais funcionários nas escolas.-----

Em resposta, o vereador Pedro Almeida reformulou a sua pergunta, dizendo que a sua intenção nunca foi acusar a Câmara Municipal. A sua pergunta era, perante o que são as necessidades concretas das escolas/crianças, se os funcionários que lá estão, sejam eles da Câmara Municipal, ou não, são suficientes. Se não fossem suficientes depois iriam discutir se estariam do lado da Câmara Municipal ou do lado do Ministério da Educação. Na sua opinião, os que lá existem são insuficientes.-----

Tomou a palavra a senhora vereadora Catarina Paiva, alegando que os pais inserem os meninos nas escolas cada vez mais cedo e que, até ao mês de

2017.12.05

dezembro, é muito difícil fazer a gestão dessa situação porque as crianças necessitam ainda de muito apoio. Também, referiu que existem muitas educadoras que desejariam ter uma funcionária por sala de aula, e isso não é possível, pois quem tem a função de lecionar é a educadora e a funcionária apenas está ali para prestar auxílio.-----

Nisto, o senhor vereador Pedro Almeida, afirmou que não estava a focar a sua questão nessa situação, mas sim no período de hora de almoço que é o que lhe parece mais crítico. **Respondeu a senhora vereadora Catarina Paiva**, que a Câmara Municipal está a pagar a uma empresa para ter lá funcionários a mais para servir as refeições. **Acrescentou o senhor vereador António Alberto** que é por este motivo que o custo da refeição tem aumentado. Concluindo **o senhor vereador Nelson Martins** que a Câmara paga um serviço em vez de contratualizar pessoas; e que quanto mais pequenas são as crianças maior a necessidade de auxílio e controlo.-----

A senhora vereadora Catarina Paiva acrescentou que o Mapa foi elaborado com a orientação da CCDR-N, e que em caso de dúvidas recorre-se à mesma para esclarecimentos adicionais.-----

Ao que o senhor vereador Pedro Almeida respondeu que não fez nenhuma questão do ponto de vista técnico do Mapa mas sim do seu conteúdo. A título de exemplo, afirmou que já vem do Mapa anterior um lugar para um técnico superior de direito, e tendo em conta que a Câmara Municipal tem vindo a recorrer sistematicamente a serviços externos nesta área e que esta é uma necessidade permanente, questiona o porquê de não abrirem concurso para o efeito.-----

A vereadora Eng.^a Catarina Paiva, referiu que existe um contrato de prestação de serviços para o efeito, assim sendo, não faria sentido contratarem mais um Advogado. Disse que é a da opinião de que quando acabar a contratação com a empresa, deve contratar-se outro jurista, o que faz falta.-----

O vereador Pedro Almeida afirmou que o que disse foi apenas um exemplo, como poderia dar outros, neste caso a gestão de redes informática. Neste momento, a Câmara Municipal tem apenas um informático para gerir a Câmara, estando os outros destacados noutros serviços, e que se ele falhar é um problema grave.-----

A senhora vereadora Catarina Paiva, respondeu, dizendo que a Câmara tem mais dois informáticos que estão a laborar atualmente na biblioteca Municipal, no entanto, um deles sempre que necessário desloca-se à Câmara para auxiliar.-----

O vereador Pedro Almeida, afirmou e defende que deveria ter sido criado esse lugar e o mesmo não foi criado, fundamentando que estão cada vez mais a caminhar para a digitalização a 100% de tudo o que são processos autárquicos, por isso entende que ter apenas um colaborador nessa área parece-lhe pouco e perigoso, porque por incapacidade, doença, ou qualquer outro motivo, tudo o que for necessário nesta área fica estagnado, por não haver ninguém para exercer essa função. Mais do que estar contemplado neste Mapa deveria ser provido, tal como muitos outros. No que se refere aos serviços jurídicos, referiu concordar com a senhora vereadora que não se duplique serviços mas o que é certo é que tem assistido anos após ano a renovação de contratos e não ao preenchimento dos lugares quando se trata de uma necessidade permanente.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal colocou a proposta de orçamento a votação, sem as propostas sugeridas pelo vereador José Pedro Vieira de Almeida, que são acolhidas como sugestões válidas para o futuro, dado que o Mapa de Pessoal é um documento dinâmico, que poderá ser alterado a qualquer altura.-----

A Câmara Municipal deliberou, por maioria de seis votos a favor e uma abstenção do vereador do PSD, aprovar o Mapa de Pessoal para 2018 e remeter

a presente proposta à Assembleia Municipal para efeitos do disposto na alínea o), do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013 de 12/09.-----

8. ENCERRAMENTO DA VIA PÚBLICA | REQUERIMENTO DE IMOLUSOF,

LD.ª:Presente requerimento da Imolusof, Lda. (II 509/2017) solicitando autorização de encerramento da via pública, da Avenida Camilo Tavares de Matos, desde o cruzamento do Centro de Saúde até à Caixa Geral de Depósitos, no dia 13 de dezembro das 8h00 às 13h00. Anexa mapa com as alternativas viárias.-----

Presente informação de 29/11/2017, prestada pelo Coordenador do Planeamento e Ambiente da DPAGU, Armando Ribeiro, que se transcreve: “O pedido de encerramento de via encontra-se instruído com alternativas viárias e indicação do horário de encerramento, estando em falta o parecer das forças de segurança.---

Dada a natureza do pedido de encerramento (instalação de grua) entendemos que a Câmara Municipal poderá aprovar o mesmo, dia 13 de dezembro das 8h00 às 13h00, devendo o requerente garantir o parecer das forças de segurança para a realização do evento.”-----

Presente o parecer da GNR, emitido a 4 de dezembro, referindo não haver qualquer inconveniente, desde que seja salvaguardada a segurança, a tranquilidade pública e o repouso dos cidadão residentes, bem como todas as alternativas de âmbito rodoviário, caso seja necessário.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seus sete membros, autorizar o requerido por Imolusof, Lda., para encerramento de parte da Avenida Camilo Tavares de Matos, desde o cruzamento do Centro de Saúde até à Caixa Geral de Depósitos, no dia 13 de dezembro das 8h00 às 13h00, nos termos e condições da informação da DPAGU e do Parecer da GNR.-----

9. LISTAGEM DE PROCESSOS DE OBRAS: DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR DO PELOURO COM COMPETÊNCIAS DELEGADAS E

SUBDELEGADAS, POR DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE 26/10/2017: Presente, para conhecimento, listagem dos despachos proferidos no período de 22 de novembro a 5 de dezembro de 2017, pelo vereador do pelouro com competências delegadas e subdelegadas, por despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal de 26/10/2017, que se sintetizam no seguinte:-----

Decreto-Lei 555/99, na redação dada pelo Decreto-Lei 136/2014, de 9 de setembro:-----

Processos deferidos:-----

- Proc.º n.º 92/17 – Tecnocon – Tec. Sist. Controle S.A. – Indústria – Arquitetura---
- Proc.º n.º 77/17 – Pedro Daniel Oliveira Martins – Habitação – Arquitetura-----
- Proc.º n.º 37/17 – José Paulo Martins da Silva – Anexo – Arquitetura-----
- Proc.º n.º 88/17 – Silva e Pina Bastos Lda – Indústria – Arquitetura-----
- Proc.º n.º 176/16 – Abílio Dinis Correia Maria – Anexo – Especialidades-----
- Proc.º n.º 38/17 – Esperança de Sousa Tavares – Habitação – Especialidades---
- Proc.º n.º 160/17 – Paulo Flávio Marques Moreira – Habitação – Especialidades-
- Proc.º n.º 42/17 – Armando de Almeida dos Santos – Habitação – Especialidades-----
- Proc.º n.º 179/16 – António Jorge Batista Gonçalves – Habitação – Especialidades-----
- Proc.º n.º 121/17 – André Manuel Silva Sousa – Habitação – Arquitetura-----
- Proc.º n.º 51/17 – P.N.A Tav. Rep. Auto – Unipessoal Lda – Indústria – Arquitetura-----
- Proc.º n.º 69/17 – Polisport – Imobiliária, Lda – Habitação – Arquitetura-----
- Proc.º n.º 104/17 – Paulo César Almeida Fernandes – Anexo – Arquitetura-----
- Proc.º n.º 106/17 – Carlos Diogo Alves de Pinho – Habitação, Anexo, Muro – Arquitetura-----

- Proc.º n.º 48/17 – José Luís Rod.Oliveira e Outro – Habitação – Especialidades

Processos caducados:-----

- Proc.º n.º 97/07 – Rui Filipe Tavares da Silva – Habitação – Licenciamento-----

- Proc.º n.º 219/07 – Firmino Silva Pirotecnia Lda – Armazém - Licenciamento-----

A Câmara Municipal tomou conhecimento da listagem apresentada.-----

10. INFORMAÇÕES: O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, prestou as seguintes informações:-----

- Listagem de pagamentos efetuados no período de 21 de novembro a 4 de dezembro de dois mil e dezassete, no valor líquido total 547.484,93€ (quinhentos e quarenta e sete mil quatrocentos e oitenta e quatro euros e noventa e três cêntimos).-----

- Listagem, emitida pelo Gabinete Jurídico, relativa aos contratos realizados no oficial público, durante o mês de novembro de 2017;-----

- Requerimento de férias do senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, para o período de 26 a 29 de dezembro de 2017.-----

- Requerimento de férias da vereadora Daniela Sofia Paiva da Silva, para os períodos de 20 a 21 de dezembro de 2017 e de 26 a 29 de dezembro de 2017.---

- Comunicação da Câmara Municipal de Odemira, datada de 14.11.2017 (RE 3208/2017), dando conhecimento de um voto de pesar e Declaração de Solidariedade, expressado pelas vítimas dos incêndios que devastaram o País, aprovado em reunião ordinária de 20.10.2017.-----

- Comunicação da Câmara Municipal de Fafe, datada de 13/11/2017 (RE 3207/2017), dando conhecimento de um voto de pesar, solidariedade e respeito em memória das vítimas mortais dos incêndios que devastaram o País.-----

A Câmara Municipal tomou conhecimento das informações prestadas.-----

